

➤ **EMPREITADAS**

11. EMPREITADA DE ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS EM MONTÉLIOS, NA ENVOLVENTE DA TORRE EUROPA - S. VITOR, ENVOLVENTE DA MAKRO E QUINTA DA FONTE - S. VICENTE - LOTE 3 (MAKRO) - RESPOSTA À APRESENTAÇÃO DA MANUTENÇÃO DA RECLAMAÇÃO DE ERROS E OMISSÕES — RESÍDUOS SÓLIDOS:

Da **DMOSM**, submetendo à aprovação do Executivo Municipal, o indeferimento da reclamação dos erros e omissões referentes à empreitada em assunto, no **valor de 25.103,72€ + IVA**, nos termos da documentação anexa, que aqui se dá como reproduzida e transcrita

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL:

Remete-se ao Sr. Presidente

A Diretora da DMOSM,

2022.106.1/3

Despacho:

A. M. de E. A.

O Presidente,


(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

22.106.13

Assunto: Empreitada de eliminação de barreiras urbanísticas e arquitetónicas em Montélios, na envolvente da Torre Europa - S.Vitor, envolvente da Makro e Quinta da Fonte - S. Vicente - **Lote 3 (Makro)**

— Resposta à apresentação da manutenção da reclamação de erros e omissões — Resíduos Sólidos

Em devido tempo veio a Entidade Executante, ABB – Alexandre Barbosa Borges, S.A., da empreitada em assunto, apresentar a listagem de erros e omissões ao respetivo caderno de encargos.

Ao longo da execução da empreitada os erros e omissões foram sendo analisados e escrutinados, tendo alguns sido aceites e outros rejeitados, tendo a obra sido alvo de duas modificações objetivas ao contrato, tendo a negociação ocorrido entre todas as partes, sendo que o erro e omissão relativo ao Tratamento de Resíduos não foi aceite, tendo em conta a informação dos projetistas e o parecer da fiscalização externa contratada para fiscalizar a obra.

No entanto, através do registo E-38267, uma nova comunicação da EE, a informar que mantinha a reclamação do E&O - tratamento de resíduos, que corresponde a 25.103,72€ + IVA, o que foi novamente submetido à análise da equipa projetista e ao fiscal da obra que informam manter a sua decisão, não aceitando, portanto, este erro e omissão do caderno de encargos.

Assim, proponho o indeferimento da pretensão da EE, ou seja, a não aceitação do E&O, relativo ao tratamento dos resíduos.

A decisão compete ao órgão competente, no caso, a Câmara Municipal de Braga, pelo que deverá a proposta ser submetida a esse órgão decisor.



Processo Obra: 2019/300.10.001/286

Registo de entrada: 38267 de 04/09/2020

Requerente: Alexandre Barbosa Borges, SA.

Assunto: Empreitada de eliminação de barreiras urbanísticas e arquitetónicas em Montélios, na envolvente da Torre Europa - S. Vitor, envolvente da Makro e Quinta da Fonte - S. Vicente - **Lote 3 (Makro)**

– Resposta à apresentação da manutenção da reclamação de erros e omissões – Resíduos Sólidos

Informação:

Em devido tempo veio a Entidade Executante da empreitada em assunto apresentar a listagem de erros e omissões ao respetivo caderno de encargos.

Ao longo da execução da empreitada os erros e omissões foram sendo analisados e escrutinados, tendo alguns sido aceites e outros rejeitados, tendo a obra sido alvo de duas modificações objetivas ao contrato, tendo a negociação ocorrido entre todas as partes, sendo que o erro e omissão relativo ao Tratamento de Resíduos não foi aceite, tendo em conta a informação dos projetistas e o parecer da fiscalização externa contratada para fiscalizar a obra.

No entanto, em 04/09/2020, foi rececionada, através do registo E-38267, uma nova comunicação da EE, a informar que mantinha a reclamação do E&O - tratamento de resíduos, que corresponde a **25.103,72€ + IVA**, o que foi novamente submetido à análise da equipa projetista e ao fiscal da obra que informaram manter a sua decisão, não aceitando, portanto, este erro e omissão do caderno de encargos.

Face ao acima exposto, proponho superiormente, o indeferimento da pretensão da EE, ou seja, a não aceitação do E&O, relativo ao tratamento dos resíduos.

A decisão compete ao órgão competente, no caso, a Câmara Municipal de Braga, pelo que deverá a proposta ser submetida a esse órgão para decisão, caso seja esse o entendimento superior.

Divisão de Fiscalização de Empreitadas

PT n.º 05/2020

Data 30/09/2020

Empreitada	ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS NA ENVOLVENTE DA MAKRO – LOTE3
Dono de Obra	MUNICÍPIO DE BRAGA
Entidade Executante	ABB – ALEXANDRE BARBOSA BORGES S.A.
Assunto	ERROS E OMISSÕES – Manutenção da Reclamação de Erros e Omissões

1. INTRODUÇÃO

O presente documento visa apresentar parecer relativo à resposta de Erros e Omissões - Manutenção da Reclamação de Erros e Omissões, apresentado pela Entidade Executante, da Empreitada designada por Eliminação de Barreiras Urbanísticas e Arquitetónicas na Makro – Lote 3.

Esta reclamação foi apresentada inicialmente pela Entidade Executante, chegando a acordo com o Dono de Obra, em quase todos os trabalhos complementares necessários de suprimento dos erros e omissões existentes, existindo apenas, divergência entre as partes, no E&O 2 (Tratamento de Resíduos) e que será explanado de seguida.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL

O caderno de encargos define, na clausula 18 que:

- 1 - O empreiteiro deve comunicar ao diretor de fiscalização da obra quaisquer erros ou omissões dos elementos da solução da obra por que se rege a execução dos trabalhos, bem como as ordens, avisos e notificações recebidas.
- 2 - O empreiteiro tem a obrigação de executar todos os trabalhos de suprimento de erros e omissões (trabalhos complementares resultantes de circunstâncias não previstas) que lhe sejam ordenados pelo dono da obra, o qual deve entregar ao empreiteiro todos os elementos necessários para esse efeito, salvo, quanto a este último aspeto, quando o empreiteiro tenha a obrigação pré-contratual ou contratual de elaborar o projeto de execução.

3 - O empreiteiro não poderá executar quaisquer trabalhos de suprimento de erros e omissões sem receber, do dono da obra, ordem expressa para o efeito.

4 - Só será ordenada a execução de trabalhos complementares destinados ao suprimento de erros e omissões quando o somatório do preço atribuído a tais trabalhos com o preço de anteriores trabalhos da mesma natureza não previsível, não exceder 10% do preço contratual, nos termos definidos na alínea b), do n.º 2 do artigo 370.º do Código dos Contratos Públicos.

Fazem ainda parte integrante desta análise todos os elementos que constituem o caderno de encargos.

3. FATORES RECLAMADOS EM ERROS E OMISSÕES APRESENTADOS PELA ENTIDADE EXECUTANTE:

3.1.1. DO TRATAMENTO DE RESÍDUOS (E&O 2):

Posição da Entidade de Executante:

"No que se reporta à reclamação do E&O 2 (Tratamento de Resíduos), o Mapa de Quantidades (MQT) de concurso, previa que o destino dos resíduos resultantes da execução dos trabalhos seria aquele que se encontra previsto no PPGRCD.

Ora, o PPGRCD, refere que os materiais previstos no ponto 2.3.3.2 são para reutilizar, ainda que, em abstrato, possa não o ser nesta obra em concreto. Dito de outra forma, os materiais constantes do Quadro 2 do PPGRCD, destinavam-se, de acordo com as peças patenteadas, a serem reutilizados pelo Dono da Obra, logo — e de forma evidente —, não faria qualquer sentido que o empreiteiro previsse o seu transporte a destino final, que impediria qualquer reutilização, com a agravante do que esta factualidade não resulta das peças patenteadas. Por esse motivo, prevê-se no PPGRCD que os "pavimentos em cubo em calçada de calcário, blocos de betão pré-fabricados (pavê), guias de betão e de granito, lancis de betão granito, lajeado de granito, deverá ser transportado para o local a designar pela Câmara Municipal de Braga". Por seu turno o Quadro 2 do PPPGRCD prevê o seguinte:

Quadro 2 – Materiais a reutilizar

Identificação dos materiais	Em valor absoluto (m2)	Relativamente ao total de materiais usados (%)	Obs.
Lancil de betão	529	60	(1)
Blocos de betão pré-fabricados (pavê)	6926	60	(1)
Valor total	7455		

NOTAS:

(1) Material excedente acondicionado em depósito municipal ou outro indicado pela fiscalização

- Total de lancil de betão: 4041m;
- Total de blocos de betão pré-fabricados (pavê): 6926m2;

Isto posto, destinando-se os materiais a serem reutilizados pelo Dono da Obra, de forma evidente, não faria qualquer sentido que o empreiteiro previsse o seu transporte a destino final, que impediria qualquer reutilização, com a agravante de que esta factualidade não resulta das peças patenteadas. Ou seja, de forma clara e evidente, destinando-se estes concretos materiais a serem reutilizados, não poderia legitimamente o empreiteiro prever que seria necessário o seu transporte a destino final e custos associados ao seu tratamento. Sucede que, no início dos trabalhos foi o empreiteiro informado que todos os resíduos e materiais, afinal, seriam para entregar numa unidade de tratamento e reciclagem de Resíduos licenciada, não obstante resultar das peças patenteadas que os lancis e os blocos de betão pré-fabricados (pavê), se destinarem a ser reutilizados. Dito de outra forma, o Dono da Obra, à revelia daquilo que resulta das peças patenteadas, introduziu uma alteração no objeto do contrato que acarreta um custo acrescido para o empreiteiro, com o transporte e tratamento de resíduos que não se encontravam previstos nas peças patenteadas. Não fosse suficiente a clareza do Quadro 2 supra, sobre o destino a dar aos materiais sobrantes da obra, uma leitura adequada, racional e equilibrada das peças patenteadas apenas permite a interpretação de que os resíduos (que constam no Quadro 2) têm de ser entregues em depósito municipal ou outro a designar pela Fiscalização, mas nunca com custos acrescidos para o empreiteiro, uma vez que, a sua reutilização pelo Município não pressupõe que o empreiteiro tenha de suportar quaisquer custos com o seu tratamento. Tendo o Dono da Obra imposto, à revelia daquilo que eram as condições iniciais, que o empreiteiro encaminhasse os resíduos a destino final, gerou-se um sobrecustos com o qual o empreiteiro não podia legitimamente contar e que se encontra refletido nos

justificativos mensalmente entregues ao Dono da Obra que ascendem a um montante global de € 25.103,72, cujo pagamento aqui se peticiona para os devidos efeitos legais e que compreende os custos acrescidos do empreiteiro com o transporte (desde o estaleiro do Dono da Obra até ao local de entrega dos resíduos), bem como, os custos com o seu tratamento. Ora, uma análise justa da presente situação permite concluir que a reclamação do deve ser deferida, porquanto respeita a fornecimentos e trabalhos que, efetivamente, não se encontram previstos nos elementos fornecidos pelo Dono da Obra e que acarretaram que o empreiteiro executasse trabalhos que não se encontra valorizados na sua proposta. Sendo que, os mesmos não se encontram valorizados em virtude de, dos elementos fornecidos pelo Dono da Obra em fase de concurso não ser possível a sua valorização, dado o facto de, por um lado, estarem omissos nas peças patenteadas e, por outro, da informação constante das peças patenteadas resulta que o empreiteiro não teria de suportar quaisquer custos com o seu tratamento, dado o facto de os mesmos serem para reutilizar pelo Dono da Obra.”

Parecer do Projetista:

“O PPGRCD dá indicação sobre o destino dado aos resíduos (ou em depósito municipal ou em local indicado pela fiscalização). Existe igualmente o artigo 0.5 dos trabalhos preparatórios que contempla a carga, o transporte, a descarga a operador licenciado, pelo que não concordamos com o trabalho a mais solicitado.”

Análise da Fiscalização:

Transcrevem-se a seguir algumas disposições do caderno técnico de encargos, do plano prevenção e gestão de resíduos da construção e demolição em fase de projeto e do mapa de quantidades de trabalho, que ajudaram a responder ao E&O 2:

a) De acordo com o caderno técnico de encargos – parte 1, no ponto 5 refere:

- 5 Plano de prevenção e gestão dos resíduos de construção e demolição

Os resíduos de construção e demolição deverão ser geridos pelo Adjudicatário em cumprimento da legislação aplicável e do PPGRCD, conforme previstos no Decreto-Lei nº 46/2008, de 12 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 73/2011 de 17 de junho. Incluem-se neste artigo todas as operações necessárias à carga em equipamento adequado (p.e. camião), transporte e descarga de resíduos de construção e demolição para destino licenciado. Constitui obrigação do Adjudicatário dispor do equipamento necessário aquelas operações, e ainda a instalação dos acessos provisórios necessários dentro e fora do estaleiro.

b) De acordo com o plano de prevenção e gestão de resíduos da construção e demolição em fase de projeto:

2.3.3.1 Metodologia de prevenção de RCD

Adotou-se no projeto uma abordagem tendo em vista a minimização da produção de RCD, designadamente por via da reutilização de materiais e da utilização de materiais não suscetíveis de originar RCD. Saliente-se que a reutilização em obra de RCD será tanto maior quanto menor for a presença de poluentes e de matérias indesejáveis, o que implica a adoção de uma abordagem de seleção criteriosa dos resíduos gerados. Nos casos em que não possa ser efetuada a triagem dos RCD na obra ou em local afeto à mesma, efetuar-se-á o encaminhamento para operador de gestão de resíduos, licenciado para esse efeito.

2.3.3.2 Materiais a reutilizar em obra

Não se prevê a reutilização de nenhum material a aplicar nesta obra. Os pavimentos em cubo e micro-cubo de granito e de calcário, blocos de betão pré-fabricados (pavê), guias de betão e de granito, lancis de betão e granito, lajeado de granito, deverá ser transportado para local a designar pela Câmara Municipal de Braga. Prevê-se, ainda a reutilização de parte dos solos de escavação para aterro e obtenção das plataformas de trabalho.

Quadro 2 – Materiais a reutilizar

Identificação dos materiais	Em valor absoluto (m2)	Relativamente ao total de materiais usados (%)	Obs.
Lancil de betão	529	60	(1)
Blocos de betão pré-fabricados (pavê)	6926	60	(1)
Valor total	7455		

NOTAS:

(1) Material excedente acondicionado em depósito municipal ou outro indicado pela fiscalização

- Total de lancil de betão: 4041m;
- Total de blocos de betão pré-fabricados (pavê): 6926m2;

c) De acordo com o mapa de quantidades de trabalho:

NT04 - Em todos os trabalhos, e assim no seu preço, devem considerar-se incluídas a execução de todos os trabalhos e implementação das medidas previstas no Plano de Prevenção e Gestão dos Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD), incluindo a recolha, triagem (separação dos resíduos por tipologia de materiais), licenciamento, armazenamento temporário, assegurando igualmente que os RCD são mantidos na obra o menor tempo possível, bem como promoção da reutilização de materiais e a incorporação de reciclados de RCD na obra, ou nos casos que tal não seja possível o seu transporte e encaminhamento para operador de gestão licenciado, tendo em vista a sua posterior utilização, valorização ou eliminação por esta ordem de prioridade. Inclui ainda, todos os custos inerentes ao registo (SIRAPA), na Agência Portuguesa do Ambiente (APA), dos resíduos produzidos no âmbito da obra, bem como todas as taxas/custos relativos à sua gestão e tratamento nos destinos finais licenciados/autorizados (operadores ou depósitos). Inclui todas as cargas, transportes e descargas necessárias efetuar desde a origem até ao recetor final (operador ou depósito) licenciado.

NT05 – Deverão ser entregues à Fiscalização as fichas de entrega dos entulhos em depósito camarário, ou destino de acordo com o definido no PPGRCD, de acordo com a natureza dos mesmos. Todos os elementos que seja para desmontar, recuperar e repor deverão ser devidamente catalogados, referenciados em planta e arrumados em boas condições. Deverão ser mantidas todas as sub-bases de pavimentos existentes, sujeitos a reaproveitamento e reposição, sempre que as mesmas apresentem boas condições estruturais.

NOTA PRELIMINAR 0.5 - Carga, transporte, a distância não limitada, descarga e/ou entrega a operador licenciado de resíduos, e/ou entrega a destino final licenciado (se aplicável), das diferentes frações de RCD produzidos em obra nas quantidades estimadas no Plano de Prevenção e Gestão de RCD's. Inclui-se todos os meios e equipamentos necessários à execução desta operação. Tratamento, valorização ou eliminação (conforme aplicável), por gestor autorizado de resíduos das diferentes frações de RCD produzidas em obra em quantidades estimadas no Plano de prevenção e Gestão de RCD após devida triagem em obra. Inclui-se todos os meios humanos materiais e taxas legais necessárias.

A fiscalização entende que existe uma possibilidade de reutilização de materiais conforme o quadro 2 de materiais em 60% em depósito camarário ou outro definido pela Fiscalização.

Sendo que o Dono de Obra optou por não reutilizar nenhum destes materiais, estes têm como destino final o operador licenciado, de acordo com o definido no PPGRCD.

A Fiscalização acompanha o parecer do projetista ao não reconhecer este trabalho a mais, uma vez que a nota preliminar 0.5 contempla a possibilidade de reutilização ou de destino final a operador licenciado:

“a carga, transporte, a distância não limitada, descarga e/ou entrega a operador licenciado de resíduos, e/ou entrega a destino final licenciado (se aplicável).”

Erro e Omissão não aceite.